

ESTRATÉGIA MOVIMENTO AÇÃO EMPRESARIAL QUER UM ESPÍRITO SANTO MENOS DEPENDENTE DAS GRANDES EMPRESAS

Empresários pedem mais investimento público

Eles pedem que 15% do que o Estado arrecada sejam aplicados em infra-estrutura

RITA BRIDI

Os empresários capixabas querem que o Estado recupere sua capacidade de investimento e reserve pelo menos 15% do que arrecada para projetos de infra-estrutura, logística e melhoria da qualidade dos serviços públicos. O percentual sugerido é bem superior aos 2,25% que o Estado conseguiu investir no ano passado.

“Consideramos 15% um índice ideal de investimento para que seja preparada a infra-estrutura para o futuro”, explica o subcoordenador do conselho deliberativo do movimento empresarial Espírito Santo em Ação, Walter Lídio Nunes.

Atingir o percentual proposto, não é tarefa fácil, porque o Governo atual ainda está “apagando incêndios de administrações anteriores”, reconhece Nunes. Ele ressalta, entretanto, que é preciso reservar recursos para investir, além de planejar as ações estratégicas futuras.

“O Governo precisa ter um planejamento e se articular para alavancar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais”, alerta, ao cobrar da administração um plano

para os investimentos, elaborado com a participação da sociedade.

Para que os arranjos, que se encontram em estágio mais avançado, se desenvolvam, há a necessidade de infra-estrutura, que dará condições para o Estado se tornar competitivo no mercado interno e externo. “Os arranjos produtivos só serão desenvolvidos se o Governo tiver capacidade para investir em infra-estrutura e logística”, alerta o subcoordenador do Espírito Santo em Ação.

Refém. O Estado hoje, ressalta Nunes, não está bem articulado com ações em infra-estrutura posicionadas para o futuro. E isso “não acontece em um toque de magia”. No mundo de hoje, com a globalização, nada garante mais a regionalização, porque a competitividade se acentua a cada dia e em todos os setores da economia.

A luta do Governo no ajuste de contas, destaca, esbarra na demanda por reajustes salariais, vindas dos demais poderes. Fatos como a luta pela moralidade, a quebra da corrupção e a grande expectativa em torno do petróleo são positivos e “nos fazem esquecer a inconsistência do modelo que continua girando em torno do investimento das grandes empresas que não dependem do mercado interno para crescer”.

As grandes empresas instaladas no Estado registram crescimento acentuado porque vendem para fora e não dependem do mercado interno para crescer. No entanto, ainda são elas que têm conseguido puxar o crescimento do Estado. Segundo Nunes, é preciso planejar um Espírito Santo menos dependente. “A atração de novos empreendimentos dependerá basicamente da capacidade do Estado investir”, concluiu.

Logística é ponto crucial para o Estado

A dinâmica dos arranjos produtivos depende de articulação do Governo e eles só serão desenvolvidos se houver dinheiro para os investimentos necessários em logística e infra-estrutura. Os arranjos que estão mais estruturados são os re rochas ornamentais, fruticultura, florestal e moveleiro, confecções, metalmeccânico, logística, pecuária e gás e petróleo. O Governo tem que articular cada um desses arranjos e de acordo com a necessidade de cada área, investir em infra-estrutura para aumentar a competitividade e tornar o Estado mais atrativo. Segundo o coordenador de Economia do movimento empresarial Espírito Santo em Ação, Orlando Caliman, o novo papel do Estado é de organizar e coordenar ações que possam resultar na solução dos gargalos que tiram a competitividade do Espírito Santo. A logística, lembrou, é o ponto crucial.



CARÊNCIA. A fruticultura é um dos setores que dependem de mais investimentos em logística para continuar crescendo. FOTO: DIVULGAÇÃO

Mobilização da sociedade deve começar pelo orçamento

A inércia da sociedade, que não se mobiliza para participar da elaboração do orçamento do Estado, que pouco se interessa por saber onde o dinheiro da receita pública é aplicado, que se comporta como se a administração dos gastos públicos não fosse um problema de todos nós, contribui para que a fatia destinada aos investimentos não cresça de acordo com as necessidades.

“A sociedade precisa entender, de uma vez por todas, que a gestão dos gastos públicos é um problema de todos. Não é um problema do poder público, é nosso, da sociedade como um todo”, ressalta o subcoordenador do conselho deliberativo do movimento empresarial Espírito Santo em Ação, Walter Lídio.

As pessoas não participam das discussões para a elaboração do orçamento porque ainda não estão conscientes desta necessidade, lembra Nunes. Ele avalia que a sociedade deveria dizer quanto da arrecadação deve ser destinado para bancar a infra-estrutura que beneficia a própria sociedade.

“Isso é o que deveria fazer uma sociedade moderna. Definir o percentual para investir em saúde, em educação, em segurança, em infra-estrutura”. O Espírito Santo em Ação, explica, está levando estas questões ao governador Paulo Hartung e sugerindo propostas para ampliar a participação da sociedade.

Na opinião de Nunes, o Governo precisa ter um fórum para tratar do gasto público. “Hoje, com o modelo existente, cada um dos poderes estabelece suas demandas de forma independente”, frisou.